



CPI DO JUDICIÁRIO

ACM pede bloqueio de bens de acusados

Ramez Tebet considera “estranhos” fatos denunciados ontem à comissão

Preocupado com a gravidade dos fatos denunciados nos primeiros depoimentos prestados à CPI do Judiciário, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu ontem a quebra do sigilo bancário e o bloqueio de bens dos acusados de irregularidades. O auditor Paulo de Tarso de Oliveira, do Tribunal de Contas da União, informou ontem que analisou o contrato de construção da sede do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo e encontrou cláusulas leoninas contra a administração pública e indícios de superfaturamento de preços. Outro depoente, o técnico judiciário Antônio de Pádua Pereira Leite, apontou irregularidades no TRT da Paraíba.

Em reunião presidida por Ramez Tebet, Antônio de Pádua (D) depõe e acusa o TRT da Paraíba de irregularidades como nepotismo e compras sem licitação

PÁGINAS 2, 3 E 4

CPI analisa material apreendido na casa de Lopes

A CPI do Sistema Financeiro deverá examinar, nos próximos dias, os documentos apreendidos no apartamento do ex-presidente do Banco Central, Francisco Lopes, no Rio de Janeiro. Em reunião a portas fechadas, ontem à noite, procuradores da República apresentaram os pa-

péis aos senadores da CPI. Considerados “comprometedores” pelo relator da CPI, senador João Alberto, esses documentos serão submetidos a perícia. O depoimento de Lopes foi adiado para o dia 26 e o do ex-diretor de Fiscalização Cláudio Mauch foi marcado para o dia seguinte.

PÁGINA 6



O Salão Negro do Congresso Nacional foi palco ontem de uma manifestação para marcar o Dia do Índio. No plenário, senadores cobraram a demarcação das terras destinadas às tribos.

PÁGINA 7



Houve intenso debate sobre o projeto mas não foram feitas emendas para não atrasar sua aprovação

Reconstituição de seios pelo SUS

Vai à sanção do presidente da República o projeto de lei que obriga o Sistema Único de Saúde a realizar cirurgias plásticas reconstitutivas em mulheres que precisarem extirpar parte ou toda a mama, em decorrência

de câncer. A proposta, da deputada Maria Elvira, teve como relator o senador Tião Viana, para quem essa lei encerra uma etapa de doença e sofrimento físico, psicológico e social de milhares de mulheres.

PÁGINA 5

ACM defende bloqueio de bens de acusados em CPI

Preocupado com a gravidade dos fatos denunciados nos primeiros depoimentos, presidente do Senado diz que é a favor da quebra do sigilo bancário das pessoas envolvidas em irregularidades, sejam juízes ou não

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, após acompanhar na manhã de ontem parte dos primeiros depoimentos tomados pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Judiciário, defendeu a quebra do sigilo bancário e o bloqueio de bens de todas as pessoas que estão sendo acusadas de irregularidades naquela comissão, sejam juízes ou não.

A respeito de entrevista dada pelo ministro Carlos Mário Velloso, próximo presidente do Supremo Tribunal Federal, ao jornal *Folha de S. Paulo*, o senador con-

siderou "deselegantes" as críticas feitas ao atual presidente da instituição, ministro Celso de Mello. Antonio Carlos disse que, após ler a entrevista, ficou pensando: "Será que a impunidade vai ganhar um patrono forte?"

Os termos da entrevista do ministro do STF ao jornal paulista, acrescentou Antonio Carlos, "devem ter sido aplaudidos pelo corporativismo, mas condenados pelo povo brasileiro, que quer uma Justiça ágil, não corrupta e sem nepotismo", como, segundo o senador, "ocorre no Supremo Tribunal Federal". Antonio Carlos observou, ainda, que as declarações públicas do ministro diferem do pensamento que ele expôs ao senador, em particular, durante conversa há cerca de 40 dias.

Com relação aos trabalhos da CPI do Judiciário, o presidente do Senado destacou "a gravidade dos fatos denunciados nesses primeiros depoimentos, sem qualquer contestação". O senador criticou o Tribunal de Contas da



Antonio Carlos criticou o TCU por não ter determinado a interdição da obra do TRT de São Paulo

União (TCU), que, mesmo condenando o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, no caso da construção do prédio destinado às juntas de conciliação e julgamento por meio de um contrato suspeito, "não determinou a interrupção da obra".

MOROSIDADE

Antonio Carlos lembrou as denúncias feitas seis anos atrás pela CPI do Orçamento, para apontar a morosidade da Justiça brasileira. "Onde estão os processos,

quem foi condenado depois que a CPI concluiu seu trabalho e mandou as denúncias para o Judiciário?", perguntou.

O senador aplaudiu, por outro lado, a "evolução" da posição manifestada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em relação ao aprimoramento da Justiça do Trabalho, inclusive com a supressão de órgãos. "Ao final desta jornada, acredito que a OAB estará concordando integralmente comigo", previu.

A respeito da apreensão de documentos na residência do ex-presidente do Banco Central, Francisco Lopes, Antonio Carlos isentou a Polícia Federal de responsabilidade – "afinal, ela estava cumprindo mandado judicial". Sobre a atuação do Banco Central no episódio dos bancos Marka e FonteCindam, o presidente do Senado frisou:

– A fiscalização do Banco Central, apesar de todos os anos que teve para aprimorar os controles, não passou no vestibular.

Quebra do sigilo bancário dependerá do andamento das investigações, diz relator

O relator da CPI do Judiciário, senador Paulo Souto (PFL-BA), disse, ao final da reunião de ontem, que, à medida que forem sendo examinados os documentos fornecidos pelos depoentes, o sigilo bancário dos envolvidos poderá ser quebrado se a providência se mostrar necessária.

Souto afirmou ter considerado "da maior importância" os depoimentos prestados ontem, devido ao "grande volume de denúncias de irregularidades de toda ordem" trazido pelo técnico judiciário Antônio de Pádua Leite, do TRT da Paraíba, e pelo auditor do Tribunal de Contas da União, Paulo de Tarso de Oliveira.

Na avaliação do presidente da CPI, as informações prestadas por Pádua Leite foram "extremamente importantes, principalmente porque ficamos sabendo que

já existem várias decisões, ou estão em andamento inúmeras comissões de sindicância e de investigação a respeito dessas irregularidades".

Quanto à solicitação de quebra de sigilo bancário apenas do proprietário do imóvel localizado no interior da Paraíba vendido ao TRT local e não de quem o comprou, Paulo Souto justificou:

– Esse é o primeiro passo que foi dado e acho que ele vai dar uma pista, uma diretriz bastante interessante.

Quanto à convocação dos dois juízes, conforme decisão dos membros da CPI, o relator argumentou que um deles, o



Souto considera da "maior importância" depoimentos colhidos ontem

da Paraíba, "não está sendo acusado de absolutamente nada e vem como testemunha para ajudar nas investigações da CPI". Quanto ao outro, Souto esclareceu que ele já está aposentado, mas era o presidente do TRT de São Paulo no momento em que foi assinado um contrato "polêmico" para a construção do prédio daquela instituição.

De acordo com o senador, chegará o momento em que o plenário da CPI fará um juízo de valor para decidir quanto à convocação de novos juízes, bem como da quebra do sigilo bancário e fiscal dos envolvidos.



TERÇA-FEIRA, 20 DE ABRIL DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente
▶ 15h15 - Recebe o senador Gheorghji Prisăcaru, presidente da Comissão de Política Exterior do Senado da Romênia
▶ 15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Hora do Expediente: Será dedicada a comemorar o 39º aniversário de Brasília.
Pauta: *PDL nº 49/98, que aprova o ato que renova a concessão da Radiodifusão Águas Claras Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Catuípe (RS); *PDL nº 51/98, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Clube de Varginha Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Varginha (MG); e *PDL nº 52/98 que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sociedade Cerro Azul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cerro Largo (RS).

COMISSÕES

▶ 10h - Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1740-30, que define diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional
Pauta: Instalação da comissão. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 6*
▶ 11h - CPI do Judiciário
Pauta: Depoimento da presidente do Basa, Flora Valadares Coelho. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*
▶ 17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: Exposição do embaixador Luís Felipe de Seixas Corrêa, ministro interino das Relações Exteriores, sobre a situação política no Paraguai e nos Balcãs; e *PDL nº 29/99, que aprova o texto da convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre a sua Destruição. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 7*
Após Ordem do Dia - Comissão de Educação
Pauta: *PLS nº 111/99, que institui o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária; *Projetos de Lei do Senado nºs 49 e 53, de 1999, que autorizam o Poder Executivo a criar escolas agropecuárias federais nos municípios de Mucajaí e Anauá, ambos no estado de Roraima; *PLC nº 55/96, que torna obrigatória a inclusão do ensino da língua espanhola nos currículos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus; *PLC nº 12/98, que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação dos índices de evasão e repetência nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio; *PLC nº 59/98, que inscreve o nome de dom Pedro I no Livro dos Heróis da Pátria; e os *Projetos de Decreto Legislativo nºs 101/98, 125/98, 109/98, 117/98, 13/95, 97/98, 45/98, 138/98, 106/98, 98/98 e 39/97, que aprovam atos de renovação de concessão e permissão de emissoras de rádios. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*



Ramez Tebet

Diante da decisão tomada pela CPI, que convocou o ex-presidente do TRT da Paraíba para depor, com base nas informações prestadas por Pádua Leite, o senador disse não temer que juízes se neguem a comparecer à comissão.

– Eu tenho plena convicção de que os juízes serão os primeiros a querer esclarecer os fatos. É uma CPI importante para o país. A sociedade está exigindo transparência; eu acredito que os julgadores vão ser os primeiros a querer colaborar – afirmou Ramez Tebet.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-7115
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Auditor diz que contrato do TRT-SP lesou erário

Funcionário do TCU que analisou o contrato de construção da sede do tribunal denuncia à CPI cláusulas leoninas, superfaturamento, pagamentos indevidos e vantagens à empresa construtora

O contrato para a construção do prédio das juntas de conciliação e julgamento do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo contém "cláusulas leoninas" contra a administração pública e indica superfaturamento de preços. Essas são algumas das irregularidades apontadas ontem pelo auditor do Tribunal de Contas da União (TCU), Paulo de Tarso de Oliveira, primeiro a depor na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura denúncias de irregularidades no Poder Judiciário.

Oliveira afirmou que o edital de licitação chamou atenção pela ausência de cronograma de obras e de desembolsos ou projeto básico (onde são definidas as características do objeto contratado) e pelo volume de recursos envolvidos (cerca de US\$ 140 milhões).

O depoente disse ainda que pagamentos antecipados foram realizados pelo TRT sem qualquer contrapartida ou antes mesmo de assinado o contrato entre a Incal Incorporações S.A. e o tribunal, o que implicaria riscos caso a empresa contratada ficasse inadimplente.

Durante o seu depoimento, o auditor do TCU fez um histórico das investigações, que começaram em 1992, mesmo ano da publicação do edital de licitação. Segundo relatou, em seu parecer de agosto de 1994, Oliveira

criticou a natureza jurídica do contrato assinado pelo TRT por se tratar de um documento privado de aquisição de bem imóvel para entrega futura, que não atende o interesse da administração pública:

– Tudo ficou subordinado ao cumprimento dos pagamentos, sempre à frente da execução da obra. O cronograma seria feito e administrado pela própria empresa, que poderia alterá-lo a critério exclusivo seu – informou Oliveira

Os indícios de sobrepreço foram levantados, segundo Paulo de Tarso de Oliveira, em parecer solicitado à Caixa Econômica Federal. O valor pago



Paulo de Tarso de Oliveira, auditor do TCU: contrato tem indícios de superfaturamento

pelo terreno onde está sendo construído o prédio do TRT-SP pode estar 20% acima do praticado pelo mercado e o valor do metro quadrado construído, cerca de 10% superior.

O auditor do TCU também sugeriu medidas punitivas aos responsáveis pelo contrato, entre eles o então presidente do TRT-SP, Nicolau Santos Neto. Além disso, Oliveira concluiu pelo cancelamento das "cláusulas leoninas", consideradas pérfidas e dolosas para a administração pública.

Outro ponto prejudicial identificado por Oliveira é a cláusula que mantém a propriedade do terreno em nome da Incal até o fim da obra, o que deixa a administração pública sem qualquer garantia. Surpreendentemente, disse o depoente, o documento prevê a possibilidade de rompimento unilateral do contrato pela empresa, quando deveria dizer exatamente o contrário, pela prevalência do interesse público sobre o privado.

O parecer do auditor pede a transferência imediata do terreno para o TRT-SP e o sobrestamento do processo até que sejam prestados os esclarecimentos. Segundo o auditor, com exceção de pareceres apresentados pela Incal, assinados por juristas de renome, nenhuma outra avaliação aprova a contratação da empresa pelo TRT-SP.



Membros da CPI decidiram convidar para depor o deputado Giovanni Queiroz, que tem denunciado as obras faraônicas da Justiça

Ex-presidente do tribunal será ouvido sobre as irregularidades detectadas

Depois de ouvir ontem os esclarecimentos do auditor do Tribunal de Contas da União (TCU) Paulo de Tarso Oliveira, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga denúncias de irregularidades no Judiciário resolveu convocar, por sugestão do senador Carlos Wilson (PSDB-PE), o ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo Nicolau dos Santos Neto.

Nicolau, hoje aposentado, era presidente do TRT-SP quando foi aberta a licitação sob suspeita para a construção do prédio das juntas de conciliação e julgamento.

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) formulou requerimento, também despachado pelo presidente da CPI, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), solicitando ao TCU cópia de processo sigiloso que corre no tribunal a pedido do Ministério Público Federal. O processo, citado no depoimento de Paulo Tarso, está sendo relatado no TCU pelo ministro Ademar Ghisi.

A CPI decidiu convidar o deputado federal Giovanni Queiroz (PDT-PA), membro da Comissão Mista de Orçamento, para prestar esclarecimentos sobre a construção de prédios pelo Judiciário. Há anos – disse o senador José

Eduardo Dutra (PT-SE), que sugeriu o convite a Queiroz – o deputado se manifesta contra a aprovação de recursos para obras "faraônicas" de tribunais. Dutra citou auditoria do TCU sobre a construção do edifício-sede do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que também apresentaria irregularidades.

Ramez Tebet encaminhará ainda, a pedido do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), ofício à Polícia Federal solicitando todos os documentos sobre investigações de irregularidades no TRT-SP. Por solicitação de Tebet, a Comissão Mista de Orçamento deverá colocar à disposição da CPI informações prestadas pelo TCU relativas a obras no Judiciário a partir de 1992.

O senador Geraldo Althoff (PFL-SC) perguntou ao auditor do TCU se o caso em pauta caracterizaria uma licitação dirigida, mas o auditor respondeu que não tinha elementos para afirmar que houve direcionamento. Os senadores Maguito Vilela (PMDB-GO) e Jefferson Péres (PDT-AM) pediram ao auditor o histórico da constatação da ocorrência de sobrepreço na construção do TRT-SP. O senador José Agripino (PFL-RN) disse que, após a exposição do auditor do TCU, "fica claro que há indícios de dolo" no caso em exame.



Wilson foi quem pediu a convocação do ex-presidente do TRT Nicolau dos Santos Neto

Empresa comprovou capital de apenas US\$ 69

Em resposta a pergunta do relator da CPI do Judiciário, senador Paulo Souto (PFL-BA), o auditor do Tribunal de Contas da União (TCU) Paulo de Tarso de Oliveira revelou, em seu depoimento de ontem, que o contrato para construção do edifício do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo foi assinado por uma empresa estranha ao processo de licitação.

Segundo Oliveira, a Incal Indústria e Comércio de Alumínio Ltda. participou da licitação, porém a Incal Incorporações S.A., empresa criada após o lançamento do edital da obra, firmou o contrato:

– Não nos parece normal nem tampouco legal que a assinatura do contrato tenha sido feita com um terceiro – disse Oliveira.

Pelas informações prestadas pelo auditor, a empresa de incorporações seria uma subsidiária da empresa de alumínio, formada com um capital de apenas US\$ 69. Essa seria, segundo Paulo Souto, mais uma irregularidade, já que uma empresa recém-constituída e com esse capital não poderia comprovar sua capacidade econômico-financeira para uma obra orçada em US\$ 140 milhões.

Nas respostas ao relator da CPI, o depoente apontou ainda outras irregularidades. O edital para a constru-

ção do edifício, segundo o auditor do TCU, é vago e inadequado. Na sua avaliação, o edital gerou confusão e restringiu a competitividade necessária na licitação.

Prova disso, disse Oliveira, é que apenas três empresas apresentaram propostas, apesar de se tratar de um contrato de alto valor para um "projeto relativamente corriqueiro, sem qualificações extraordinárias".

TERRENO

A propriedade do terreno onde está sendo construído o prédio do TRT-SP também foi objeto de questionamento de Paulo Souto. Segundo o depoente, à época da licitação, a Incal

não possuía documento de propriedade do imóvel, o que feria dispositivos do edital de licitação:

– Não sei como a empresa poderia ser qualificada se não tinha sequer a propriedade do terreno – ponderou o relator da CPI.

Com base nessa informação, o vice-presidente da CPI, senador Carlos Wilson (PSDB-PE), formulou requerimento para saber se o terreno

já está em nome do TRT-SP. O presidente da CPI, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), decidiu oficializar o cartório de registro de imóveis competente, solicitando cadeia de propriedade do terreno onde está sendo construído o prédio do tribunal.

O relator quis saber ainda se havia algum tipo de garantia, para compensar os adiantamentos feitos pelo tribunal antes mesmo de assinado o contrato e iniciadas as obras, no valor de 16% do total contratado:

– Não tenho conhecimento de contrato feito com adiantamento de tamanha monta desprovido de garantias. O adiantamento é permitido em casos específicos, desde que

haja garantias no mesmo valor do bem entregue – afirmou o auditor do TCU.

Segundo Oliveira, quando elaborou o seu parecer, havia uma grande defasagem entre os desembolsos financeiros e a execução das obras. Até janeiro de 1994, disse, apenas cerca de 11% das obras haviam sido realizadas enquanto 43% do valor do contrato havia sido pago.

Com apenas 11% das obras já realizadas, a construtora Incal havia recebido 43% do valor total do contrato pelo TRT-SP

Funcionário diz que TRT-PB é "campeão de ilegalidades"

Servidor ouvido na CPI do Judiciário afirma já ter sido ameaçado de morte por revelar nepotismo e compras irregulares no tribunal

Nepotismo, irregularidades na aquisição de imóveis, apropriação indevida de recursos públicos e compras sem licitação foram algumas das principais denúncias feitas ontem pelo técnico judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba, Antônio de Pádua Pereira Leite, em depoimento na CPI que investiga o Poder Judiciário.

"Em termos de nepotismo, o TRT da Paraíba é campeão nacional e a utilização ilegal do dinheiro público também é prática comum por lá", disse Antônio de Pádua Leite, que está sob proteção policial após ter recebido ameaça de morte por telefone.

O funcionário do TRT, admitido no tribunal por concurso público, disse que está sem receber salário há seis meses por estar sendo vítima de processo administrativo. Ele chorou durante seu depoimento, quando contou aos senadores que foi agredido "brutalmente" por um assessor do juiz Rui Elói e chamado pelo juiz, presidente do TRT do estado, de "marginal e vagabundo".

Pádua Leite, que é formado em Direito, só conseguiu ser admitido no TRT em 1992, bem como outros concursados, depois de mover uma ação popular para assumir o cargo. "Fomos ameaçados de morte porque os juizes só queriam empregar parentes e não convocavam os concursados", disse. Mesmo tendo sido transferido para o interior do estado, o advogado manteve sua decisão de denunciar as irregularidades do TRT, e passou a receber farta documentação de colegas, assessores e também de juizes que se opunham à situação naquela instituição.

As acusações foram feitas primeiramente contra o juiz Marcondes Meira, que, além de contratar parentes para o TRT, teria comprado, em 1995, um



Antônio de Pádua Pereira Leite chegou a chorar ao revelar que foi agredido após as denúncias

imóvel para o tribunal ao preço de R\$ 160 mil quando o valor de mercado era de R\$ 39 mil. Em outra ocasião, o mesmo juiz comprou um outro imóvel no valor de R\$ 710 mil, embora este tenha sido registrado em escritura no valor de R\$ 225 mil. O funcionário entrou com duas ações populares e informou que o Tribunal de Contas da União condenou o juiz a devolver aos cofres públicos R\$ 435 mil devido à venda irregular do segundo imóvel.

Ex-presidente do TRT da Paraíba é acusado de ter pago R\$ 710 mil por um imóvel registrado com o valor de R\$ 225 mil

O mesmo juiz também foi acusado pelo depoente de comprar um caixão para enterrar o pai com dinheiro do tribunal, e também de ter feito um seguro "milionário" para o prédio do TRT, incluindo até mesmo cláusulas contra maremoto e terremoto, junto à seguradora Generale do Brasil Cia. Nacional de Seguros.

Também foram acusados por Pádua Leite os juizes Paulo Montenegro Pires e Aloísio Rodrigues, que contrataram para o TRT mais de 60 parentes, entre mulheres, filhos, genros e noras. Aloísio Rodrigues, vice-presidente do TRT à época, teria se apropriado de US\$ 100 mil, que foram arrecadados com inscrições para um congresso de Direito

Internacional do Trabalho, segundo acusou. Posteriormente, acrescentou, esse mesmo juiz comprou uma casa com 815 metros quadrados, próxima a Natal, exatamente com esse valor arrecadado das inscrições.

Outras denúncias contra Aloísio Rodrigues envolvem uso do dinheiro público na compra de passagens aéreas para países da América do Sul, Europa e Estados Unidos, incluindo mulher e filhos. Uma das viagens do juiz e de seu filho, para Paris, durou 26 dias, segundo informou o depoente. O juiz também foi acusado de fazer compras irregulares para o tribunal, que envolviam até absorventes femininos, mas justificou a compra alegando que a maioria dos funcionários do seu gabinete é constituída por mulheres, relatou.

Devido às irregularidades, o então corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Almir Pazzianotto, do TST, instaurou auditoria no TRT, afastou os juizes e nomeou para presidir o tribunal Rui Elói que, posteriormente, também praticou várias irregularidades, segundo o depoente, dentre elas a compra de computadores para o TRT sem licitação, beneficiando um filho, dono da empresa Infonews Ltda.; falsificação de acórdão sobre juiz classista; aquisição de microônibus sem licitação; reforma do prédio sem licitação; nomeações ilegais de mais de dez juizes classistas e nepotismo.

o tribunal, que teria sido superfaturado pelo juiz Marcondes Meira, que fechou o negócio, segundo depoimento de Antônio de Pádua Pereira Leite, funcionário do tribunal (*ver matéria*).

A CPI vai pedir ainda cópia das declarações de renda de todos os juizes e pessoas acusadas de praticar irregularidades no TRT do estado, e aprovou requerimentos dos senadores para que venham depor na CPI o subprocurador da República, Santiago de Brito Pereira; o juiz federal da Paraíba, José Fernan-

des de Andrade, da 3ª Vara; o ex-presidente do TRT da Paraíba, Vicente Wanderley; e o superintendente da Polícia Federal da Paraíba, Antônio Flávio Toscano.

Também foram aprovados requerimentos para que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) envie à CPI toda a documentação pertinente à auditoria feita no TRT da Paraíba, em 1997, e o juiz Moreira Mendes envie à comissão cópias dos requerimentos para a compra de passagens aéreas de viagens internacionais.

Denúncias contra juizes são graves, dizem membros da CPI

Os senadores que participam da CPI do Judiciário consideraram muito graves as acusações contra juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba, feitas ontem pelo funcionário do TRT Antônio de Pádua Pereira Leite. Para o senador José Agripino (PFL-RN), as denúncias – que envolvem corrupção, nepotismo, apropriação indevida de dinheiro público e contratações irregulares – são "estardalosas".

– Estamos diante de fatos extremamente graves, negócios escusos com recursos públicos e nepotismo em cadeia, num verdadeiro conluio de vários interesses. É nossa obrigação também estabelecer o contraditório, pois o caso se transfere também para o Tribunal Superior do Trabalho (TST) – disse o senador pefelista.

O depoimento de Pádua Leite foi considerado por Agripino como "a ponta do iceberg" que envolve as denúncias de corrupção na Justiça do Trabalho. O senador quis saber do depoente quem, no TST, está ao lado do juiz Vicente Wanderley, que precisou recorrer ao tribunal, em 1995, para poder assumir o cargo de presidente do TRT da Paraíba. Esse juiz, segundo Pádua Leite, estava disposto a combater as irregularidades cometidas no tribunal e sofreu forte oposição dos juizes.

Depois de uma auditoria no TRT, o então corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro do TST Almir Pazzianotto, decidiu afastar até mesmo Vicente Wanderley, para nomear o juiz Rui Elói, conta Pádua Leite.

O senador Carlos Wilson (PSDB-PE), vice-presidente da CPI, pediu mais esclarecimentos sobre a atuação de Vicente Wanderley. O funcionário do TRT respondeu que Wanderley recorreu da decisão

de Pazzianotto e conseguiu sua reintegração, mas o ministro do TST, não satisfeito, retirou todos os poderes de Wanderley, concedendo-os ao diretor-geral da instituição. Atualmente, porém, nenhum deles está no cargo, todos estão afastados por tempo indeterminado, mas recebendo salários, informou.

Disse ainda que o TRT tem hoje 2.200 funcionários e que nada aconteceu depois da sindicância no TRT, cujos processos estão parados no TST, que não os encaminhou ao Ministério Público. "Só o ministro Pazzianotto passou nove meses com o processo", afirmou Pádua Leite.

Ney Suassuna (PMDB-PB) disse que ficou impressionado com a quantidade de documentos levada à CPI pelo depoente e criticou o TRT do estado: "Como paraibano me envergonho de tudo isso".

Maguito Vilela (PMDB-GO) destacou a coragem do depoente e lhe perguntou quem disse que a CPI não daria certo. Pádua Leite respondeu que foi o atual presidente do tribunal, Rui Elói, pelos jornais *Norte* e *Correio da Paraíba* e na TV Tambaú. Djalma Bessa (PFL-BA) também ressaltou a coragem do depoente, qualificando sua atuação de "missão arriscada e delicada". Ele elogiou "o espírito público e o patriotismo" de Pádua Leite.

Moreira Mendes (PFL-RO) disse que admira o funcionário do TRT pela sua coragem e pediu que essa prática "sirva de exemplo para outros brasileiros". Já o senador Geraldo Althoff (PFL-SC) quis saber se alguém ajudou o depoente na catalogação dos documentos.

Pádua Leite informou que realizou todo o trabalho sozinho. Quanto aos motivos, respondeu que o fez por uma questão moral: "É uma revolta interna. Não poderia deixar esse pessoal impune".



José Agripino: "Estamos diante de fatos extremamente graves, de negócios escusos"



O senador Ney Suassuna disse que, como paraibano, se envergonha dos fatos denunciados

Aprovada quebra de sigilo bancário e fiscal

O relator da CPI que investiga o Poder Judiciário, senador Paulo Souto (PFL-BA), solicitou todos os documentos e esclarecimentos sobre contratações irregulares, nepotismo e apropriação de dinheiro público na compra de imóveis que teriam sido praticadas por juizes do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da Paraíba. O presidente da CPI, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), também anunciou a quebra do sigilo bancário e fiscal, de fevereiro a dezembro de 1995, de Antônio Marra, responsável pela venda de um imóvel para

SUS vai fazer cirurgia reparadora de seios

Senadores aprovam e enviam a sanção projeto oriundo da Câmara dos Deputados que permitirá às mulheres vítimas de câncer reconstruir mama extirpada, em cirurgias gratuitas realizadas na rede pública

O Senado aprovou ontem projeto de lei da deputada Maria Elvira que obriga a rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS) a realizar cirurgia plástica reconstrutiva nas mulheres que sofreram mutilação total ou parcial da mama, decorrente de tratamento de câncer. O presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, anunciou que a matéria agora vai à sanção presidencial.

Pelo texto aprovado, por meio de sua rede de unidades públicas ou conveniadas, o SUS deverá realizar essa cirurgia plástica. Relator da matéria, o senador Tião Viana (PT-AC) afirmou que essa lei, ao permitir a restauração da mama extirpada, encerra uma etapa de doença e sofrimento físico, psicológico e social a que são submetidas milhares de mulheres portadoras de câncer de mama.

Segundo Tião Viana, essa lei corrige

uma omissão mantida até o momento pelo poder público, ao ignorar o comportamento psicológico e social advindo de uma mutilação desse porte. No seu entender, essa cirurgia reparadora insere-se numa linha de política pública de saúde voltada para o bem comum e o bem-estar da população, visto que beneficia um dos seus segmentos mais numerosos – as mulheres.

Antes de votar a matéria, os senadores realizaram um longo debate em torno de emenda de plenário defendida pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ), que desejava ampliar essa cirurgia reparadora para o caso em que a vítima de câncer sofre outras mutilações.

O próprio autor da emenda, contudo, reconheceu que sua iniciativa poderia atrapalhar a tramitação do projeto, que teria de voltar à Câmara dos Deputados para nova análise; por isso, ele preferiu retirar a emenda.

O projeto da deputada Maria Elvira foi elogiado por vários senadores, que reconheceram o quanto essa luta demorou para chegar a termo.

Também falaram nesse sentido os senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Carlos Patrocínio (PFL-TO), Marina Silva (PT-AC), Luiz Estevão (PMDB-DF), Pedro Simon (PMDB-RS), Francelino Pereira (PFL-MG), Heloísa Helena (PT-AL), José Alencar (PMDB-MG), Arlindo Porto (PTB-MG), Marluce Pinto (PMDB-RR) e Gilvam Borges (PMDB-AL).



Para o relator Tião Viana (E), plenário aprovou projeto que permitirá, para muitas mulheres, o fim de um longo período de sofrimento



Projeto sobre avaliação psicológica de policiais voltará à Câmara

O plenário do Senado aprovou ontem, em turno suplementar, substitutivo ao projeto de lei da Câmara dos Deputados que torna obrigatória a avaliação psicológica periódica dos integrantes das polícias civil e militar e bombeiros militares. A exigência também valerá para ingresso nessas carreiras. Como a proposta foi aprovada com emendas, ela voltará à Câmara, para um segundo exame e votação.



O relator Tuma acatou emendas feitas em plenário pelos senadores

indo a junta médica por "junta especi-

al de saúde", para caracterizar que a finalidade da exigência é permitir um diagnóstico com profissionais especializados. O substitutivo prevê a exigência de avaliação psicológica, a intervalos não superiores a cinco anos, de todos os integrantes das carreiras policiais civis e militares bem como dos corpos de bombeiros militares. O parecer da avaliação poderá recomendar a permanência no cargo, a movimentação temporária para outra função, a suspensão temporária, o encaminhamento para tratamento de saúde mental ou a aposentadoria por invalidez.

O parecer da Comissão Diretora, para o turno suplementar de votação, previa que a avaliação psicológica, a ser realizada por junta médica de pelo menos três membros, deveria preceder o ingresso dos candidatos nas carreiras de polícia ou corpo de bombeiros. O relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), acatou emenda de plenário substitu-

indo a junta médica por "junta especi-

Patrocínio quer regra de reutilização de seringas

Aprovada pelo Congresso há quase três anos e já sancionada pelo presidente da República, o Ministério da Saúde não regulamentou até hoje a lei que exige a fabricação de "dispositivo de segurança que impeça a reutilização das seringas descartáveis", lamentou ontem, em plenário, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO).

Ele disse que se trata de um importante meio para reduzir o número de pessoas infectadas por Aids e outras doenças, observando que uma parte da transmissão das doenças se deve ao uso compartilhado de seringas por pessoas que usam drogas.

Patrocínio lembrou que os participantes da recente "Conferência Aids-SP: 15 anos de luta" concluíram que a maior conquista contra a doença no estado de São Paulo foi o controle dos bancos de sangue. A seu ver, a pior derrota na luta

contra a Aids foi a espera da aprovação da lei sobre uso de seringas, que demorou anos para ser aprovada pelos deputados e senadores e, mesmo aprovada, permanece há quase três anos sem regulamentação.

Para justificar a urgência de medidas contra a propagação das doenças transmissíveis, o senador disse que já existem no Brasil 135 mil casos notificados de Aids, em sua maioria jovens entre 25 e 34 anos, "embora grande parte da contaminação comece a partir dos 15 anos".

— O próprio Ministério da Saúde informa que o aumento da infecção pelo HIV entre jovens de 15 a 24 anos segue a rota do tráfico de drogas no Brasil. Portanto, sugiro ao ministro José Serra que regulamente rapidamente a lei, tornando mais efetivo o combate à Aids e a outros males transmissíveis — sustentou Patrocínio.



Patrocínio: importante meio para se reduzir número de infectados

Senado aprova convenção de cultivares

Com 39 votos a favor, 11 contra e duas abstenções, o Senado aprovou ontem o texto da Convenção Internacional para a Proteção de Obtenções Vegetais, de 1961, revista em Genebra em 1972 e 1978. O relator, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), disse que a iniciativa insere o Brasil no rol dos países que protegem o desenvolvimento de cultivares de interesse agrônomo. O presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, anunciou que a matéria agora vai a promulgação.

Ao defender a aprovação do texto da convenção, Jonas disse que a iniciativa significa incentivo e fortalecimento às instituições de pesquisa, além de condições para ampliar a base tecnológica da agricultura, a fim de que ela alcance maior produtividade e renda rural. Ele explicou que essa norma legal permitirá também ao Brasil ser admitido na União Internacional para a Proteção de Obtenções Vegetais (Upov):

— Trata-se de um conjunto de normas destinadas a marcar o agronegócio brasi-

leiro, ao proporcionar a ele mais um instrumento de modernização de estrutura e torná-lo mais integrado aos países que, no mundo globalizado, têm na agricultura grande parte de sua riqueza econômica e estabilidade social.

Conforme Jonas Pinheiro, o que se pretende é que o Brasil esteja entre os principais países na produção agrícola, e regule e incentive o intercâmbio científico, a troca de sementes e a ampliação do comércio entre as nações. Para ele, aderindo à Upov, o Brasil estará automaticamente se integrando a um sistema internacional do qual participa grande parte dos países com os quais mantém relações.

O senador Tião Viana (PT-AC) alertou para a hipótese de o Senado estar decidin-



Jonas: Brasil está integrando-se ao sistema internacional

do de forma errada e informou que apenas 38 países aderiram ao Upov. Ele afirmou que o organismo não tem vinculação com a ONU, como muitos acreditavam, e expressou seu entendimento de que essa foi uma "afirmação falaciosa para dar credibilidade à Upov". Marina Silva (PT-AC) disse que o governo brasileiro tenta dar a essa convenção internacional uma *status* que ela não tem.

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) defendeu a aprovação do texto, argumentando que essa iniciativa é capaz de situar o Brasil em igualdade com os países mais desenvolvidos no que se refere à agricultura. Ele sustentou estar defendendo os interesses dos cientistas brasileiros e dos produtores agrícolas.

Sancionada lei que dá pensão aos Villas Boas

O presidente da República em exercício, Marco Maciel, sancionou ontem a lei de iniciativa do Executivo que concede pensão especial vitalícia aos seretistas Orlando Villas Boas e Cláudio Villas Boas. Conforme o projeto aprovado na última sexta-feira pelo Senado, a pensão não pode ser acumulada com outros benefícios porventura recebidos dos cofres públicos, resguardado o direito de opção.

O valor do benefício será correspondente ao nível superior A-III da tabela de vencimentos do funcionalismo público, e reajustado quando dos reajustes gerais dos servidores públicos federais. A relatora do projeto na Comissão de Assuntos Sociais, senadora Marina Silva (PT-AC), destacou a trajetória dos irmãos, que viveram 40 anos nas matas entre os rios Xingu e Tapajós, dedicando-se à causa indígena.

Relator vê em documentos de Lopes indícios de irregularidades

Procuradores reúnem-se com senadores e exibem material apreendido no apartamento de ex-presidente do BC, que só deporá no dia 26

Reunida a portas fechadas ontem à noite, a CPI do Sistema Financeiro decidiu suspender o depoimento, marcado para hoje, de Cláudio Mauch, ex-diretor de Fiscalização do Banco Central. Durante a reunião, procuradores da República no Rio de Janeiro e no DF apresentaram documentos apreendidos no apartamento do ex-presidente do BC Francisco Lopes e que, segundo o relator da CPI, senador João Alberto (PMDB-MA), "são indícios de irregularidades envolvendo Chico Lopes". A reunião fechada realizou-se depois que o próprio Francisco Lopes pediu para adiar sua vinda à CPI, inicialmente marcada para ontem.

João Alberto se disse "estarecido" especialmente com um dos documentos, possivelmente assinado por Luís Augusto Bragança, ex-sócio de Francisco Lopes na empresa de consultoria Macrométrica. O conteúdo do documento, acrescentou o relator da CPI, é "tão comprometedor" que os senadores decidiram, antes de tomar qualquer atitude, submetê-lo a uma perícia grafotécnica para confirmar sua autoria. O documento, segundo ele, indicaria um depósito de US\$ 1,775 milhão em conta bancária no exterior.

A CPI decidiu ainda enviar carta ao procurador-geral da República, Geral-



Depois de adiar o depoimento de Francisco Lopes, CPI dos Bancos reuniu-se a portas fechadas para analisar documentos

do Brindeiro, elogiando a atuação e a seriedade dos procuradores que estão trabalhando nas investigações sobre a venda de dólares, a preços favorecidos, aos bancos Marka e FonteCindam. A CPI volta a se reunir, também a portas fechadas, hoje, a partir das 10h.

Ficou acertado que Francisco Lopes comparecerá à CPI às 16h30 da próxima segunda-feira (dia 26). O então diretor de Fiscalização do BC na administração de Francisco Lopes, Cláudio Mauch, deporá no dia seguinte.

Na tarde de ontem, a CPI se reuniria para ouvir Francisco Lopes. Ele não compareceu e enviou uma carta ao presidente da comissão, senador Bello Parga (PFL-MA), pedindo adiamen-

to "para os próximos 20 dias", alegando que vem "sofrendo violências" que culminaram "em uma ilegal busca e apreensão" de documentos feita em sua casa por procuradores do Ministério Público.

Durante a discussão do pedido de adiamento, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse entender que Francisco Lopes está "chateado por terem entrado em seu apartamento para pegar documentos", ponderando, entretanto, que tudo foi feito com autorização judicial. "Ele diz que quer ficar no Rio para se defender das agressões que vem sofrendo, mas a melhor maneira de se defender é comparecendo à CPI", sustentou Simon.

Sigilo telefônico poderá ser quebrado

O sigilo telefônico do diretor e dos funcionários da Diretoria de Fiscalização do Banco Central (BC) poderá ser quebrado pela CPI dos Bancos. Requerimento neste sentido, proposto pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), foi aprovado ontem. A medida não se restringe aos telefones do BC, atingindo linhas particulares.

O objetivo é detectar possíveis ligações entre diretores dos bancos Marka e FonteCindam, suspeitos de terem recebido informações privilegiadas do BC, e diretores e funcionários responsáveis pela fiscalização do sistema financeiro:

— Assim será possível saber se o dono do Banco Marka, Salvatore Cacciola, realmente tinha ligações com o Banco Central, ou se mentia para enganar cotistas de seu fundo de investimentos que perderam dinheiro no episódio — justificou Romeu Tuma.

A comissão aprovou ainda a convocação da diretora jurídica do Banco Marka, Cíntia Costa de Souza, que teria presenciado os encontros entre Cacciola e a diretoria do BC que culminaram na operação de ajuda ao Marka. Os senadores também decidiram convocar Leon Sayeg, Omar Jahic e Alberto Antunes que, segundo a re-

vista *Veja*, ouviram do controlador do Marka garantias de que um alto funcionário do Banco Central fornecia informações privilegiadas.

Outras pessoas que serão convocadas a depor na CPI são os irmãos Sérgio e Luís Augusto Bragança, ex-sócios de Francisco Lopes na consultoria Macrométrica, Aparecido Kikukawa, diretor do grupo Nikko, e Maria do Socorro Costa Coelho, funcionária do BC que autorizou operações do banco junto à Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F).

PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

Decisão da CPI reafirmou o bloqueio e a indisponibilidade dos bens dos controladores do Marka e do FonteCindam, determinando notificações ao mercado financeiro e à Justiça para que não sejam feitas movimentações bancárias e patrimoniais. Outro requerimento aprovado solicita informações do BC sobre os fundos de inves-



Romeu Tuma

timentos que obtiveram rentabilidade de pelo menos 50% com a variação cambial.

O caso Encol, um dos itens do requerimento de instalação da CPI, apresentado pelo senador Jader Barbalho (PMDB-PA), já está sendo investigado pelos senadores. Foram aprovados dois pedidos de informações junto ao

Banespa e ao Banco do Estado de Goiás, sobre as operações de créditos feitas pela Encol, incluindo os contratos vencidos e não quitados.

Depois de votados os requerimentos, os senadores se reuniram a portas fechadas com membros da Polícia Federal e do Ministério Público, inclusive os que atuaram nas diligências à residência de Francisco Lopes, no Rio de Janeiro. A idéia dos senadores é criar estratégias comuns de atuação, uma vez que a CPI tem poderes constitucionais próprias das autoridades judiciais.

Presidente do Basa depõe na CPI do Judiciário

A CPI do Judiciário reúne-se hoje, às 10h, para colher depoimento de Flora Valadares Coelho, presidente do Banco da Amazônia (Basa), condenado pela Justiça do Pará a pagar a quantia de R\$ 81 bilhões aos ex-donos da madeireira Sabim, que faluiu em 1968.

A CPI pretende conhecer detalhes do processo e os critérios que podem ter sido utilizados para que a indenização chegasse a esse valor.

O Basa foi, durante dez anos, síndico da massa falida da madeireira. Sentença proferida em 1981 condenou a instituição financeira a pagar 300 milhões de cruzeiros.

O caso Basa é um dos exemplos que ilustram as denúncias de "indenizações calculadas com o intuito de lesar o erário", e que constam do requerimento de criação da CPI, apresentado pelo senador Antonio Carlos Magalhães em 25 de março.

Senado homenageia hoje os 39 anos de Brasília

O Senado Federal vai homenagear hoje, às 14h30, a cidade de Brasília, que está comemorando seu 39º aniversário, de acordo com requerimento encabeçado pelos senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Luiz Estevão (PMDB-DF). Além de Estevão e Arruda, estão inscritos para falar sobre o tema Ney Suassuna (PMDB-PB), Lauro Campos (PT-DF), Iris Rezende (PMDB-

GO), Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), entre outros.

Os senadores deverão analisar também a renovação da concessão da Radiodifusão Águas Claras Ltda, na cidade de Catuípe, no Rio Grande do Sul, da Sociedade Rádio Clube de Varginha, Minas Gerais, e da Rádio Sociedade Cerro Azul, em Cerro Largo, Rio Grande do Sul.

Pauta da Comissão de Educação inclui 17 itens

A Comissão de Educação (CE), presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), aprecia hoje, em reunião a realizar-se após a Ordem do Dia do plenário, uma pauta composta de 17 itens. Entre eles, projeto que institui o Dia Nacional da Luta pela Reforma Agrária, da senadora Marina Silva (PT-AC), e o que torna obrigatória a inclusão do ensino da língua espanhola nos estabelecimentos de ensino de primeiro e segundo graus, de autoria da se-

nadora Emilia Fernandes (PDT-RS). Projeto que inscreve o nome de dom Pedro I no Livro dos Heróis da Pátria também será apreciado na reunião. A matéria é relatada pelo senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS).

Também serão discutidos dois projetos do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) autorizando a criação de escolas agrotécnicas federais nos municípios de Mucajá e Anauá, em Roraima.

CRE ouve chanceler interino sobre conflito na Iugoslávia

A avaliação da diplomacia brasileira sobre o conflito na Iugoslávia será discutida hoje pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), às 17h30. Na ocasião, estará presente o ministro interino das Relações Exteriores, embaixador Luís Felipe de Seixas Corrêa, que também irá falar sobre a recente crise política vivida pelo Paraguai. A comissão é presidida pelo se-

nador José Sarney (PMDB-AP).

Também consta na pauta da CRE discussão de projeto que aprova a adesão do Brasil à Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre a sua Destruição. A matéria obteve parecer favorável elaborado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Adiada votação de acordos de cooperação com o Suriname

Por requerimento do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), o Senado adiou para o dia 27 de maio a votação de Acordos de Cooperação entre o Brasil e o Suriname. "Há uma denúncia grave em relação ao embaixador desse país no Brasil, feita por um delegado da Polícia Federal. Ele foi acusado de participar, diretamente, no esquema de tráfico de drogas na fronteira entre os

dois países", afirmou.

Para Dutra, enquanto o assunto não for esclarecido, o Senado não deve celebrar Acordos de Cooperação com o Suriname. "Enviei requerimento de informações ao Ministério da Justiça, solicitando amplos esclarecimentos sobre o assunto que até foi objeto de matéria veiculada na televisão brasileira", disse.

Suplicy elogia gesto de Romário contra a guerra

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou ontem o gesto do jogador Romário, do Flamengo, de exibir ao público uma camiseta com apelo em favor da paz. A manifestação do jogador, um protesto contra a guerra da Iugoslávia, aconteceu depois que ele marcou gol contra o Vasco, no Maracanã. Segundo o senador, Romário ganhou o respeito de todas as torcidas, ao mostrar que é esse o desejo da humanidade. Suplicy



Eduardo Suplicy

ressaltou que gostaria de ouvir do presidente Fernando Henrique, em viagem pela Europa, a mesma posição contra a guerra.

O senador lembrou "que os brasileiros, neste século, não realizaram nenhuma guerra", podendo dar seu exemplo em prol da paz. Suplicy disse que, com seu gesto, "Romário marcou simbolicamente seu segundo gol". O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que Suplicy, com seu discurso, acabava de marcar o terceiro gol.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

SEGUNDA-FEIRA, 19 DE ABRIL DE 1999

1

Projeto de Lei da Câmara n.º 16, de 1999 (n.º 3.769/97, na Casa de origem). Dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde — SUS nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer.

Resultado: Aprovado. À sanção.

2

Projeto de Decreto Legislativo n.º 39, de 1999 (n.º 28/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o texto da Convenção Internacional para a Proteção de Obtenções Vegetais, de 2 de dezembro de 1961, revista em Genebra, em 10 de novembro de 1972 e 23 de outubro de 1978.

Resultado: Lido e aprovado requerimento da senadora Marina Silva, solicitando votação nominal da matéria. Votaram: Sim: 39 Não: 11 Abst.: 02 Total: 52. Aprovado. À promulgação.

3

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 21, de 1997 (n.º 2.859/97, na Casa de origem). Dispõe sobre norma geral de organização que torna obrigatória a avaliação psicológica periódica dos integrantes das polícias e corpos de bombeiros militares e civis.

Resultado: Aprovado o Substitutivo, as Emendas n.ºs 1 e 2-Plen e a Emenda n.º 3-CJI, de redação. À Câmara dos Deputados.

4

Projeto de Resolução n.º 31, de 1999 (Mensagem n.º 203, de 1997). CAE. Autoriza a União a celebrar o Aditivo ao Acordo de Reescalonamento de Dívida firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Suriname, em 10 de janeiro de 1996, em Brasília.

Resultado: Aprovado requerimento da senadora Marina Silva solicitando adiamento da discussão. A matéria retorna à Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 27 de maio próximo.

5

Projeto de Resolução n.º 32, de 1999 (Mensagem n.º 204, de 1997). CAE. Autoriza a União a celebrar acordo com a Telecomunicações do Suriname — Telesur, referente ao Convênio de Crédito firmado em 15 de dezembro de 1986.

Resultado: Aprovado requerimento da senadora Marina Silva solicitando adiamento da discussão. A matéria retorna à Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 27 de maio próximo.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

Ademir denuncia ilegalidades contra populações indígenas

Ausência de demarcação de terras e riscos à integridade física e cultural são alguns dos problemas enfrentados por cinco tribos, diz o senador

Ao homenagear os índios brasileiros pela passagem do seu dia comemorativo, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) informou ontem que apresentou ao procurador da República no estado do Pará notícia de ilegalidades praticadas contra os direitos indígenas das tribos Assurini, Surui, Guarani, Tembê do Guamá e Xipaia. As ilegalidades, conforme o senador, vão da ausência de demarcação de terras até os riscos à integridade física e cultural da população de silvícolas.

Ademir alertou para a defesa do Estatuto do Índio (PL n.º 2057/91, em tramitação na Câmara dos Deputados) que está unindo, além dos povos indígenas, organizações não-governamentais, associações científicas, antropólogos, juristas e religiosos, e para a "grande celeuma" em torno da demarcação da reserva Raposa/Serra do Sol em Roraima. Segundo o senador, no último dia 24 de março houve uma reunião entre a CNBB, o Cimi e o chefe da Casa Civil da Presidência da República, Clóvis Carvalho, quando foi discutido o Estatuto do Índio e como evitar a violência contra os índios de Roraima.

O senador disse que o resultado da reunião foi frustrante, pois o governo federal assumiu a posição de que "a terra indígena Raposa/Serra do Sol será demarcada contemplando interesses dos diversos tipos de ocupantes, em desacordo com o estabelecido na Portaria Ministerial n.º 820/98".

— O senhor Clóvis Carvalho, provavelmente ainda descansando de sua viagem



Ademir Andrade levou sua denúncia ao procurador da República no Pará

carnavalesca a Fernando de Noronha com hospedagem e em aeronave do Ministério da Aeronáutica, afirmou que existem muitos "direitos adquiridos" que devem ser respeitados. No caso, os dos fazendeiros, posseiros e demais invasores — disse o senador.

Ademir disse ainda que a proposta de Estatuto do Índio, que foi resultado do consenso do movimento indígena, das entidades indigenistas, Funai e Ministério Público, não deverá continuar tramitando na Câmara dos Deputados por vontade do governo e poderá ser substituída por uma nova proposta do Executivo que contemple os direitos adquiridos dos invasores das terras indígenas. "Precisamos ajudar os índios a fazer valerem os seus direitos. Esta é a melhor homenagem que podemos prestar aos índios brasileiros neste 19 de abril", observou Ademir Andrade.

Mendes propõe selo da Semana do Excepcional

A Semana Nacional da Criança Excepcional, que acontecerá de 21 a 28 de agosto, poderá ter selo comemorativo. A proposta foi apresentada ontem pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO). Ele lembrou que cabe ao Poder Público apoiar o trabalho das instituições que tratam dos excepcionais.

Moreira Mendes disse que, apesar de a Constituição prever que um dos objetivos da política de assistência social é a "habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária", apenas 2% da população portadora de deficiências recebem tratamento adequado no Brasil.

O senador observou que, nesse contexto de dificuldades, a atividade das Sociedades Pestalozzi, das APAEs e de outras instituições similares torna-se credora do mais alto reconhecimento.

Rocha registra composição da executiva do PDT

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) registrou a realização, ontem, da convenção nacional de seu partido, que teve como objetivo eleger o novo diretório, mas discutiu também temas nacionais, como a proposta de renúncia do presidente Fernando Henrique Cardoso, defendida pelo presidente do PDT, ex-governador Leonel Brizola. Rocha disse que a proposta merecerá uma nova discussão aprofundada daqui a 60 dias, quando está marcada uma outra convenção.

O senador informou que Brizola foi reeleito presidente do partido, sendo a Executiva composta ainda por Neiva Moreira, senadora Emilia Fernandes (RS), Manoel Dias e Carlos Lupi. Rocha foi reconduzido como líder do partido no Senado e Miro Teixeira indicado líder na Câmara.

Marina cobra promessa de demarcação das terras

Ao registrar a comemoração do Dia do Índio, a senadora Marina Silva (PT-AC) cobrou do presidente Fernando Henrique Cardoso o cumprimento da promessa de demarcar todas as terras indígenas até a celebração dos 500 anos de descobrimento do Brasil. Ela também pediu aos demais parlamentares que retomem a discussão do Estatuto das Comunidades Indígenas e da Convenção 169, da OIT, que reconhece os direitos dos índios, inclusive sobre seu território.

A senadora pelo Acre também anunciou que está elaborando um projeto, em conjunto com lideranças e entidades indígenas do país, com o objetivo de facilitar o acesso dos índios às universidades brasileiras. A proposta é que, ao concluir o segundo grau, o índio tenha direito de ingressar em algum curso superior sem a necessidade de se submeter a um processo seletivo. Formado, ele permaneceria na própria aldeia, colaborando com as condições de vida do seu povo.

Marina Silva lembrou que há 500 anos, entre cinco e seis milhões de índios viviam no Brasil, enquanto hoje este número está na faixa dos 330 mil, cerca de 7% da população original.

— Para mim, todos os dias são de índios, brancos, negros... enfim, das pessoas, dos seres humanos. Infelizmente, vivemos em uma sociedade que pratica a discriminação, que segrega as pessoas, que estimula preconceitos. Fomos criando dias para nos lembrar de que determinados segmentos também são pessoas, e também têm direitos — destacou Marina Silva.



Marina: só restaram 330 mil dos 6 milhões de índios que havia no Brasil em 1500

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 — *Senado em Pauta*
7h — *Saúde Todo Dia* — Atividade: Remo
7h30 — *Especial/Unip* — Pílula pós-coital
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Saúde Todo Dia* — Atividade: Yoga
8h30 — *Jornal do Senado*
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — *Especial* em homenagem ao Dia do Índio
9h30 — *Entrevista* — O senador Ademir Andrade fala sobre a privatização da Eletronorte
9h55 — *Senado em Pauta*
10h — *Cores do Brasil* — Cerrado
10h30 — *Especial* em homenagem ao Dia do Índio
11h — *CPI do Judiciário* (ao vivo)
14h30 — *Sessão Plenária* (ao vivo)
Logo após — *CPI do Sistema Financeiro*
20h — *Especial* em homenagem ao Dia do Índio.
20h30 — *Entrevista* — O senador Ademir Andrade fala sobre a privatização da Eletronorte
21h — *Jornal do Senado*
21h15 — *Mulheres em Destaque* — Ela Castilho, única

mulher a integrar a comissão do Ministério da Justiça que propôs alterações no Código Penal
22h — *Sessão Plenária* (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
11h — *CPI do Judiciário* (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
14h30 — *Sessão Plenária* (reprise)
Em seguida — Música e informação
19h — "A Voz do Brasil"
Em seguida — Música e informação
20h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Nordeste"
Em seguida — Música e informação
21h — "Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida — Música e informação
21h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste"
Em seguida — Música e informação
0h — *Sessão Plenária* (reprise)
Em seguida — Música e informação

Requião questiona decisões da Justiça paranaense

Uma indenização de R\$ 1,2 milhão por um imóvel que vale R\$ 8 mil está entre os exemplos de sentenças extremamente discutíveis citados pelo senador. Analisá-las, observou ele, é tarefa da CPI do Judiciário

Távola propõe reflexão sobre fidelidade partidária

A discussão da reforma política não deve se resumir à sua apreciação em plenário, defendeu ontem o senador Artur da Távola (PSDB-RJ), propondo que o debate se inicie pela fidelidade partidária. Ele pediu uma reflexão maior sobre o assunto, argumentando que a fidelidade deveria ser a obrigação do filiado de cumprir as decisões partidárias tomadas, e não uma punição, com a perda de mandato, para o político que trocar de partido.

Na sua opinião, a fidelidade partidária é indispensável à organização interna de funcionamento dos partidos políticos do Brasil. O senador observou, no entanto, que o grande problema, que vai gerar discussões e controvérsias, é definir o que é fidelidade partidária.

— Como uma parcela grande da população política brasileira tem o hábito da troca de partido por interesses locais, regionais e imediatos, configurou-se a idéia de que toda e qualquer mudança é necessariamente ato de infidelidade partidária.

Quero contestar essa tese. Fidelidade partidária é algo de grande e significativa importância sim, desde que haja partido — comentou o senador.

Aprovar pura e simplesmente a proibição de mudança de partido, no entendimento de Artur da

Távola, não irá atacar a causa da troca constante de sigla partidária. Ele acredita que o problema está dentro dos próprios partidos, nas suas estruturas internas, que geralmente são oligárquicas e fazem com que determinados políticos filiem-se a outros partidos por uma questão de sobrevivência política.

Em aparte, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) sugeriu que, imediatamente após a conclusão das comissões parlamentares de inquérito que estão apurando irregularidades no Judiciário e no sistema financeiro nacional, a reforma política ganhe espaço nas discussões em plenário.

Para o senador Roberto Freire (PPS-PE), dificilmente o debate sobre reforma política chegará a um consenso. Ele antecipou que se posicionará contra o estabelecimento da fidelidade partidária e registrou que nenhum país democrático tem leis nesse sentido. Para ele, não será estabelecendo regras que os partidos se tornarão fortes, mas sim quando conseguirem ser acreditados pela sociedade.

Já o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) pediu a Artur da Távola que volte mais vezes à tribuna para discutir assuntos referentes à reforma política.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou ontem em plenário duas denúncias contra o Poder Judiciário do Paraná. A denúncia mais recente lhe foi trazida pelo prefeito de Cambará, Mohamed Ali Hanzé, que, em seu primeiro mandato, desapropriou uma área de 30 mil m² (pouco mais de um alqueire) na zona rural do município, pagando ao proprietário R\$ 35 mil, “que já era um ótimo valor”. Requião explicou que o proprietário contestou em juízo o valor pago e conseguiu com o prefeito seguinte que o pagamento subisse para R\$ 75 mil.

— No entanto, o proprietário da área insistiu e foi ao Tribunal de Justiça do Paraná e, hoje, o prefeito Mohamed recebe o precatório de R\$ 1,2 milhão para pagar uma área de 30 mil m² que não vale mais do que R\$ 8 mil em hipótese alguma. Se o Judiciário não toma providências num caso como

este, alguém tem que tomar — afirmou o senador.

Para Requião, a providência deve ser tomada pela CPI do Judiciário, à qual ele encaminhará os autos do processo, tão logo os receba do prefeito de Cambará.

A segunda denúncia é do tempo em que Requião governou o Paraná. Tirada de um processo que cobrava do estado lucros cessantes de uma propriedade rural, “que nada mais era do que uma floresta”, desapropriada e paga em 1943.

— Determinei à Procuradoria que tomasse providências e por nove vezes a Procura-



Para o senador Roberto Requião, “sentenças podem e devem ser discutidas”

colocassem um juiz no meu lugar e que pagassem ao juiz — relatou.

Segundo o senador, o presidente do Tribunal de Justiça propôs um acordo e o

doria do estado do Paraná falou no processo. As intervenções foram ignoradas, e, um belo dia, recebo um precatório no valor de R\$ 200 milhões para ressarcir os absurdos lucros cessantes de uma floresta desapropriada. Não tive outra alternativa. Devolvi o precatório pela imprensa dizendo que não pagava aquela dívida absurda, e que se quisessem cobrar do estado que intervissem e

criticou pela forma com que tratou a questão. Requião disse que, em seguida, o processo desapareceu, mas, pelo que ele descobriu, ainda não foi arquivado. “Não terminou. Está esperando um governador incauto que pague o que não deve. Por essas e por outras é que a CPI que examina desacertos administrativos e sentenças absurdas deve prosseguir”, afirmou Requião. Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) disse que a CPI do Judiciário “haverá de ser o viveiro das informações úteis para a reforma do Poder Judiciário”.

Para Requião, o Poder Judiciário e suas sentenças podem e devem ser discutidos, assim como se discute o desempenho dos parlamentares, que podem ser reprovados na próxima eleição, enquanto a Justiça é um poder à margem da fiscalização.

Maldaner defende apoio à indústria da construção

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) conclamou o governo a incentivar a construção civil para gerar empregos e renda no país. “Todos concordam ser o desemprego o maior problema que o Brasil enfrenta nesse momento. Ao estimular a construção civil, o governo também atenderá à enorme demanda reprimida de moradias, principalmente para as classes de menor poder aquisitivo”, destacou.

Para Maldaner, a cesta básica do brasileiro não pode ser formada, apenas, de alimentação, embora seja fundamental cuidar da agricultura. “O direito à educação, ao trabalho e à moradia é igualmente importante. Estima-se que, a cada R\$ 10 mil, correspondendo à construção de uma habitação popular, sejam criados sete empregos diretos e outros cinco ou seis indi-

retos”, garantiu.

Maldaner lembrou serem muitas as atividades produtivas ligadas à construção civil. “É o caso da produção de máquinas e equipamentos, ou de atividades que vão da areia e do cimento aos acabamentos finais, das várias gerações da petroquímica ao aço, dos materiais simples aos mais sofisticados. Estima-se em 60 mil o número de empresas do setor, que podem movimentar diretamente 7% do PIB, algo em torno de US\$ 36 bilhões anuais”, disse.

Em apertes, os senadores Arlindo Porto (PTB-MG), Heloísa Helena (PT-AL) e Carlos Patrocínio (PFL-TO) concordaram com a urgência de se dinamizar a construção civil e a agricultura no país para gerar empregos e renda. Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) defendeu a retomada do crescimento econômico.



Maldaner



Artur da Távola

Jefferson quer autorização do Senado para alterar imposto

Qualquer alteração nas taxas de importação e exportação, exceto naquelas decorrentes de tratados internacionais como o Mercosul, poderá precisar de aprovação do Senado Federal, a exemplo do que ocorre com outros impostos. A proposta consta de projeto apresentado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM). Pelo projeto, o Senado terá 60 dias para aprovar ou não a alteração nas alíquotas e, caso não delibere neste prazo, a alteração fica automaticamente autorizada.

Ele comunicou a apresentação do projeto ontem, ao falar dos efeitos, “para o bem e para o mal”, da abertura econômica.

— Para o bem porque, ao derrubar barreiras, o governo extinguiu reservas de mercado e favoreceu a modernização da economia. Para o mal, porque essa abertura foi feita mediante um escancaramen-

to que afetou setores inteiros da economia e regiões também — avaliou o senador.

Como exemplos, Jefferson citou os casos da cultura de algodão, onde o Brasil transformou-se de um dos maiores exportadores mundiais em importador, e as indústrias de calçados e têxtil, afetadas pela concorrência desleal com produtos importados subsidiados em seus países de origem.

Em aparte, Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse que os industriais têm de pagar à vista o algodão produzido no Brasil porque o produtor nacional não tem capital de giro, enquanto, para adquirir o algodão importado, contam com financiamento de até 12 meses.

José Alencar (PMDB-MG) afirmou que o Brasil “está sempre de chapéu na mão porque faz maus negócios, como essa abertura indiscriminada e inconsequente”.



Jefferson Péres

Hartung lembra com saudade obra de Serjão

Ao reverenciar a memória do ex-ministro Sérgio Motta, morto há um ano, o senador Paulo Hartung (PSDB-ES) afirmou que a melhor maneira de homenageá-lo é avançar na aprovação das reformas no Congresso e adotar corajosamente uma agenda que recoloca o Brasil no caminho do desenvolvimento econômico e social.

Para Hartung durante os três anos em que esteve à frente do Ministério das Comunicações, Sérgio Motta mostrou-se um homem determinado, apaixonado por suas convicções e decidido a dar sua contribuição para fazer o Brasil

avançar. “Revelou-se um grande operador político e um excelente gerente. Hoje, não há como deixar de registrar a saudade que deixou, e de reverenciar sua trajetória política”, afirmou o senador.

Hartung disse que *Serjão* foi uma figura controversa, respeitada e temida, e uma das peças centrais do governo FHC. Acrescentou que ele comprou briga tanto com adversários quanto com aliados, sendo um dos únicos com coragem suficiente para romper a conveniência de dizer ao presidente da República apenas o que ele gostava de escutar.



Paulo Hartung

Machado homenageia Motta e Luís Eduardo

Ao registrar o aniversário da morte do ex-ministro das Comunicações do governo Fernando Henrique Cardoso, Sérgio Motta, ocorrida no dia 19 de abril do ano passado, o senador Sérgio Machado (PSDB-CE) disse que a melhor homenagem que o Congresso pode oferecer ao ex-secretário-geral do PSDB é concluir as reformas política, tributária e do Judiciário, “pelas quais ele tanto lutou”.

Na opinião de Sérgio Machado, ao assumir o Ministério das Comunicações, em 1995, Sérgio Motta contribuiu decisivamente para o desenvolvimento do Brasil,

deflagrando o processo de modernização hoje registrado nesse setor.

O senador estendeu a homenagem ao ex-presidente da Câmara dos Deputados, Luís Eduardo Magalhães, que faleceu no dia 21 de abril do ano passado.

Em apertes, os senadores Artur da Távola (PSDB-RJ), Paulo Hartung (PSDB-ES), Pedro Piva (PSDB-SP), Antero de Barros (PSDB-MT), Sebastião Rocha (PDT-AP) e Marina Silva (PT-AC) juntaram-se à homenagem ao ex-ministro Sérgio Motta e ao ex-deputado Luís Eduardo Magalhães.



Sérgio Machado